

**Tucano Holding III S.A.**

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023**

## ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis .....1

### **Demonstrações contábeis auditadas**

Balancos patrimoniais .....6

Demonstrações dos resultados .....7

Demonstrações dos resultados abrangentes.....8

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....9

Demonstrações dos fluxos de caixa .....10

Notas explicativas às demonstrações contábeis.....11



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Aos acionistas e Administradores da  
**Tucano Holdings III S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Tucano Holdings III S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

#### *Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais*

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### *Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas*

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

### *Capitalização de gastos no ativo Imobilizado*

Conforme divulgado na nota 7, as controladas da Companhia possuem adições de Imobilizado que consolidadas montam a R\$ 59.963 mil e o saldo do ativo imobilizado monta a R\$ 713.806 mil. Os itens capitalizados como ativo imobilizado ocorrem em conexão com a evolução das obras de construção das usinas, cujo reconhecimento é feito com base no CPC 27 – Ativo Imobilizado. Esses gastos incluem materiais e serviços de terceiros.

O negócio em que a Companhia e suas controladas estão inseridas requer que a Companhia e suas controladas efetuem investimentos expressivos nas operações que são classificados, dependendo de sua natureza, como imobilizado, intangível ou resultado do exercício. O reconhecimento e mensuração desses ativos envolvem julgamento relevante especialmente em relação aos critérios de definição do momento da capitalização e em relação à determinação da classificação contábil de tais gastos em função da natureza dos mesmos.

Em função destes motivos e da relevância do saldo de imobilizado, consideramos a capitalização de gastos no ativo imobilizado como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para a capitalização de gastos como ativo imobilizado;
- Entendimento dos controles internos da Companhia relacionados à identificação e capitalização dos itens qualificáveis;

- Exame, em base amostral, das adições de equipamentos e serviços de terceiros ocorridas no exercício;
- Recálculo dos juros sobre empréstimos capitalizados como parte do custo do ativo imobilizado;
- Verificação da existência de indicativos de redução no valor recuperável desses ativos;
- Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o ativo imobilizado, incluídas na nota 7, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento dos ativos imobilizados, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizadas são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### **Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.




Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2024

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior  
Contador CRC 1BA-021419/O

**TUCANO HOLDINGS III S.A.**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	39	13	7.272	122
Investimentos de curto prazo	3	23.220	38.250	80.057	120.828
Contas a receber de clientes		-	-	8.343	1.943
Cauções e depósitos vinculados		33	-	33	-
Dividendos a receber	4	23.432	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.128	2.171	4.348	3.181
Outros tributos a recuperar		-	-	-	1.204
Outros ativos	5	-	-	56.858	77.598
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>48.852</b>	<b>40.434</b>	<b>156.911</b>	<b>204.876</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Cauções e depósitos vinculados		-	-	9.034	8.142
Contas a receber partes relacionadas	4	-	12.600	-	12.600
Investimentos em controladas e joint ventures	6	436.976	465.863	-	-
Outros ativos	5	874	-	1.244	370
Imobilizado, líquido	7	-	-	713.806	658.468
Intangível, líquido		-	-	29.516	40.061
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>437.850</b>	<b>478.463</b>	<b>753.600</b>	<b>719.641</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>486.702</b>	<b>518.897</b>	<b>910.511</b>	<b>924.517</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores		44	163	14.487	3.652
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	54.875	76.754	66.037	80.108
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	828	451
Dividendos a pagar	4	27.440	19.046	27.440	19.046
Contas a pagar a partes relacionadas	4	-	-	2.336	-
Passivo de arrendamento		-	-	113	-
Provisões para processos judiciais e outros		33	-	33	-
Outros tributos a pagar		10	20	379	236
Outras obrigações		-	-	-	18.816
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>82.402</b>	<b>95.983</b>	<b>111.653</b>	<b>122.309</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	198.938	226.822	558.842	567.384
Contas a pagar a partes relacionadas	4	49	-	5.580	-
Passivo de arrendamento		-	-	17.739	14.036
Tributos diferidos		1	-	2.005	2.446
Outras obrigações		-	58	9.380	22.308
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>198.988</b>	<b>226.880</b>	<b>593.546</b>	<b>606.174</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social subscrito e integralizado		176.935	176.935	176.935	176.935
Reserva de lucros		28.377	19.099	28.377	19.099
<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	9	<b>205.312</b>	<b>196.034</b>	<b>205.312</b>	<b>196.034</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>486.702</b>	<b>518.897</b>	<b>910.511</b>	<b>924.517</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**TUCANO HOLDINGS III S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	10	-	-	137.601	81.899
Custo de produção e operação de energia	11	-	-	(60.472)	(19.728)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>77.129</b>	<b>62.171</b>
Gerais e administrativas		(253)	(554)	(566)	(1.980)
Outras (despesas) receitas operacionais	12	(79)	(442)	(3.335)	(502)
<b>TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>(332)</b>	<b>(996)</b>	<b>(3.901)</b>	<b>(2.482)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>(332)</b>	<b>(996)</b>	<b>73.228</b>	<b>59.689</b>
Receitas financeiras		4.406	7.101	16.383	15.846
Despesas financeiras		(36.901)	(40.572)	(63.355)	(31.602)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	13	<b>(32.495)</b>	<b>(33.471)</b>	<b>(46.972)</b>	<b>(15.756)</b>
Resultado de equivalência patrimonial		50.500	74.564	-	-
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>		<b>17.673</b>	<b>40.097</b>	<b>26.256</b>	<b>43.933</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(9.024)	(1.390)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1)	-	440	(2.446)
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO</b>	14	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>(8.584)</b>	<b>(3.836)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>17.672</b>	<b>40.097</b>	<b>17.672</b>	<b>40.097</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**TUCANO HOLDINGS III S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	17.672	40.097
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LIQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>17.672</b>	<b>40.097</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**TUCANO HOLDINGS III S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Reserva de Investimentos		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>176.935</b>	-	-	<b>(1.952)</b>	<b>174.983</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	40.097	40.097
Constituição de Reserva legal		-	2.005	-	(2.005)	-
Constituição de Reserva de investimentos		-	-	17.094	(17.094)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(19.046)	(19.046)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>9</b>	<b>176.935</b>	<b>2.005</b>	<b>17.094</b>	<b>-</b>	<b>196.034</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	17.672	17.672
Constituição de reserva legal		-	884	-	(884)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	8.394	(8.394)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(8.394)	(8.394)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>9</b>	<b>176.935</b>	<b>2.889</b>	<b>25.488</b>	<b>-</b>	<b>205.312</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**TUCANO HOLDINGS III S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Atividades operacionais:</b>				
Lucro Líquido do exercício	17.672	40.097	17.672	40.097
<b>Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>				
Depreciação e amortização	11	-	20.890	7.790
Atualização monetária	13	10.261	10.261	11.926
Juros sobre arrendamento	13	-	(151)	-
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	13	(3)	(1.066)	-
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	13	(4.329)	(15.141)	(12.756)
Encargos de dívidas, líquido de juros capitalizados	13	23.554	51.105	18.593
Amortização do custo de transação	13	1.263	1.416	1.050
Tributos e contribuições sociais diferidos		1	(440)	-
Resultado de equivalência patrimonial	6	(49.330)	-	-
		<b>(911)</b>	<b>84.546</b>	<b>66.700</b>
<b>Variação de ativos e passivos operacionais</b>		<b>13.088</b>	<b>21.165</b>	<b>(60.216)</b>
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		4.639	15.215	8.792
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(895)	(9.341)	(1.317)
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	8	(11.445)	(18.132)	(10.032)
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		14.793	40.782	-
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>		<b>19.269</b>	<b>134.235</b>	<b>3.927</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	7	-	(59.963)	(357.485)
Dividendos recebidos	6	46.001	-	-
Aumento (redução) de capital em controladas	6	9.954	-	-
Aplicações/Resgates em investimentos de curto prazo		-	-	(115.313)
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados		-	141	-
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos</b>		<b>55.955</b>	<b>(59.822)</b>	<b>(472.798)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>				
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	8	-	11.057	479.424
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	8	(198)	(198)	(4.688)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	8	(75.000)	(78.122)	(70.000)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamentos</b>		<b>(75.198)</b>	<b>(67.263)</b>	<b>404.736</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>				
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		26	7.150	(64.135)
		13	122	64.257
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>39</b>	<b>7.272</b>	<b>122</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Tucano Holdings III S.A. (“Tucano III” ou “Companhia” ou “Controladora”), cuja sede está localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, ESC 121, Torre A - Torre Nações Unidas, Cidade Monções, São Paulo, SP, Brasil, foi constituída em 05 de dezembro de 2019, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

A Companhia é controlada diretamente pela Tucano Holding I S.A. e indiretamente pela AES Brasil Energia S.A (“AES Brasil”) e pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

A Companhia possui unidades produtoras de energia eólica, compostas de três parques eólicos Tucano F6, Tucano F7 e Tucano F8.

### 1.1 Relação de empreendimentos controlados

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Sede	Participação	
			2023	2022
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A. (Tucano F6)	Geração eólica	Tucano, BA	100%	100%
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A. (Tucano F7)	Geração eólica	Tucano, BA	100%	100%
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A. (Tucano F8)	Geração eólica	Tucano, BA	100%	100%

### Complexo Eólico Tucano

Parque Gerador	Contrato	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Unidades geradoras	Capacidade e instalada MW	Garantia física MWm (i)
Tucano F6	ACL	REA 8821/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	8	49,6	23,0
Tucano F7	ACL	REA 8822/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	9	55,8	26,8
Tucano F8	ACL	REA 8823/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	8	49,6	21,7

(i) A garantia física divulgada foi homologada pela ANEEL.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 27 de março de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

## 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

## 2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações contábeis individuais de 2023 no montante de R\$ 33.550 (R\$ 55.549 em 31 de dezembro de 2022), e nas demonstrações contábeis consolidadas de R\$45.258 positivo (R\$82.567 positivo em 31 de dezembro de 2022), está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e de suas controladas, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia e de suas controladas. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia e de suas controladas, podendo sofrer alterações.

## 2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

## 2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração da Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

## 2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis e resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

## 2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, foram avaliadas e até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

## 2.7 Critérios de consolidação

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

## 3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTO DE CURTO PRAZO

---

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento maior que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo valor justos e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b><u>Caixa e equivalentes de caixa</u></b>				
Numerário disponível	39	13	2.118	122
Operação compromissada	-	-	5.154	-
<b>Subtotal</b>	<b>39</b>	<b>13</b>	<b>7.272</b>	<b>122</b>
<b><u>Investimentos de curto prazo</u></b>				
CDB-DI	23.220	38.250	80.057	120.828
<b>Total</b>	<b>23.220</b>	<b>38.250</b>	<b>80.057</b>	<b>120.828</b>
<b>Total</b>	<b>23.259</b>	<b>38.263</b>	<b>87.329</b>	<b>120.950</b>

Em 31 de dezembro de 2023, os investimentos de curto prazo estão representados por operações com compromissadas e CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 100,94% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100,52% em 31 de dezembro de 2022).

## 4 PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Ativo</b>				
<b>Dividendos a receber</b>				
Dividendos a receber - Tucano F6	6.049	-	-	-
Dividendos a receber - Tucano F7	9.052	-	-	-
Dividendos a receber - Tucano F8	8.331	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>23.432</b>	-	-	-
<b>Contas a receber partes relacionadas</b>				
AFAC - Tucano F6	-	4.841	-	-
AFAC - Tucano F7	-	7.759	-	-
<b>Subtotal</b>	-	<b>12.600</b>	-	-
<b>Outros ativos</b>				
Estoque sobressalente - Tucano F1	-	-	18	-
<b>Subtotal circulante</b>	-	-	<b>18</b>	-
<b>Total do ativo</b>	<b>23.432</b>	<b>12.600</b>	<b>18</b>	-
<b>Passivo</b>				
<b>Fornecedores</b>				
Energia elétrica comprada para revenda - AES Operações	-	-	2.317	3
<b>Subtotal</b>	-	-	<b>2.317</b>	<b>3</b>
<b>Dividendos a pagar</b>				
Dividendos a pagar - TH1	13.720	9.523	13.720	9.523
Dividendos a pagar - Unipar Cabocloro	13.720	9.523	13.720	9.523
<b>Subtotal</b>	<b>27.440</b>	<b>19.046</b>	<b>27.440</b>	<b>19.046</b>
<b>Outas obrigações</b>				
Condomínio - TH1	-	-	19	445
Contas a pagar O&M - AES Operações (i)	-	-	-	709
<b>Subtotal</b>	-	-	<b>19</b>	<b>1.154</b>
<b>Subtotal circulante</b>	<b>27.440</b>	<b>19.046</b>	<b>29.776</b>	<b>20.203</b>
<b>Outas obrigações</b>				
Contas a pagar O&M - AES Operações (i)	49	58	5.580	6.660
<b>Subtotal</b>	<b>49</b>	<b>58</b>	<b>5.580</b>	<b>6.660</b>
<b>Subtotal não circulante</b>	<b>49</b>	<b>58</b>	<b>5.580</b>	<b>6.660</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>27.489</b>	<b>19.104</b>	<b>35.356</b>	<b>26.863</b>
<b>Total do passivo + PL</b>	<b>27.489</b>	<b>19.104</b>	<b>35.356</b>	<b>26.863</b>
<b>Resultado (Receita líquida)</b>				
Venda de energia - AES Operações (ii)	-	-	7.510	-
Venda de energia - Unipar Cabocloro	-	-	96.720	-
<b>Subtotal</b>	-	-	<b>104.230</b>	-
<b>Resultado (Custo de produção e operações de energia)</b>				
Energia comprada P/ Revenda - AES Operações	-	-	(2.234)	-
Outros custos de vendas - AES comercializadora	-	-	(2.640)	-
<b>Subtotal</b>	-	-	<b>(4.874)</b>	-
<b>Resultado (Outras (despesas) receitas operacionais)</b>				
Outras despesas O&M - AES Operações (i)	(28)	-	(3.233)	-
<b>Subtotal</b>	<b>(28)</b>	-	<b>(3.233)</b>	-
<b>Total do resultado</b>	<b>(28)</b>	-	<b>96.123</b>	-

- (i) Em 03 de setembro de 2020, a “AES Operações” (controladora indireta) celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão administrativa e operacional de projetos eólicos com a Companhia, onde será responsável pela prestação do serviço durante 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos.
- (ii) Refere-se principalmente a venda de energia celebrada entre a Companhia e a “AES Operações” para fins de suprimentos de contratos de varejo e composição de lastro. Essas vendas foram efetuadas a um preço médio de R\$ 102,04 e montante envolvido de 33.440 MWh.

## 5 OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Circulante</b>				
Multas por atrasos (i)	-	-	56.735	77.469
Almoxarifado	-	-	105	126
Outros	-	-	18	3
<b>Subtotal</b>	-	-	<b>56.858</b>	<b>77.598</b>
<b>Não circulante</b>				
Impostos a compensar	874	-	874	-
Outros	-	-	370	370
<b>Subtotal</b>	<b>874</b>	-	<b>1.244</b>	<b>370</b>
<b>Total</b>	<b>874</b>	-	<b>58.102</b>	<b>77.968</b>

- (i) Referem-se a multas previstas no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo lucro cessante. No exercício de 2023, foram compensados R\$ 56.431 contra fornecedores, conforme previsto em contrato.

## 6 INVESTIMENTOS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes do acordo para as atividades relevantes. A participação no investimento é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial. No consolidado, os ativos, passivos, receitas e despesas não são consolidados.

	Controladora	
	2023	2022
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	408.404	436.659
Direito de projetos e direitos contratuais (i)	28.572	29.204
<b>Total</b>	<b>436.976</b>	<b>465.863</b>

- (i) No consolidado, o direito de projetos e direitos contratuais são reclassificados para a rubrica de “Intangível”

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Movimentação dos investimentos	31/12/2022	Aumento de capital	Redução de capital	Equivalência Patrimonial	Capitalização de juros (ii)	Amortização dos direitos de exploração de autorização (i)	Dividendos	31/12/2023
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A.	138.585	13.479	(4.841)	12.735	(2.410)	(292)	(14.158)	143.098
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A.	166.069	17.477	(7.760)	19.056	(9.270)	(190)	(30.118)	155.264
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A.	161.209	8.637	(9.954)	17.539	(13.510)	(150)	(25.157)	138.614
<b>Total</b>	<b>465.863</b>	<b>39.593</b>	<b>(22.555)</b>	<b>49.330</b>	<b>(25.190)</b>	<b>(632)</b>	<b>(69.433)</b>	<b>436.976</b>

Movimentação dos investimentos	31/12/2021	Aumento de capital	Redução de capital	Equivalência Patrimonial	Capitalização de juros (ii)	Amortização dos direitos de exploração de autorização (i)	31/12/2022
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A.	96.958	43.014	(18.155)	16.839	75	(146)	138.585
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A.	121.647	47.138	(31.355)	22.492	6.306	(159)	166.069
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A.	91.817	40.235	-	18.015	11.287	(145)	161.209
<b>Total</b>	<b>310.422</b>	<b>130.387</b>	<b>(49.510)</b>	<b>57.346</b>	<b>17.668</b>	<b>(450)</b>	<b>465.863</b>

A Companhia realizou aumentos de capital nas suas controladas durante o exercício e sem emissão de novas ações.

- (i) São direitos de exploração amortizados pelo prazo da autorização; conforme política interna, a amortização do Direito de exploração de autorização, foram estornados e serão amortizados a partir da entrada em operação do empreendimento.
- (ii) Juros capitalizados: Com o objetivo de financiar principalmente a construção deste empreendimento, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e parte dos financiamentos na Controladora, nas demonstrações contábeis individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas "Investimentos" em contrapartida ao "Resultado de equivalência patrimonial". Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como "Imobilizado, líquido" em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica "Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso". Em 31 de dezembro de 2023, houve o aumento de capital nas controladas no montante de R\$ 25.190 com base nos juros sobre obras em andamento que estavam sendo capitalizados na Companhia.

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de ações do capital social	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
Tucano F6	100%	275.358	141.427	119.207	133.931	12.735
Tucano F7	100%	308.078	162.905	134.060	145.173	19.056
Tucano F8	100%	272.208	142.907	119.207	129.301	17.539

## 7 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL) na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo Órgão Regulador (ANEEL), que na avaliação da administração, representa a vida útil econômica dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos Complexos solares e eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

**(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:**

	2023			2022
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,81%	89.928	(4.412)	85.516
Máquinas e equipamentos	3,81%	640.763	(24.460)	616.303
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>730.691</b>	<b>(28.872)</b>	<b>701.819</b>
Direito de uso de terreno arrendado (i)	3,33%	13.390	(1.403)	11.987
<b>Total Imobilizado</b>		<b>744.081</b>	<b>(30.275)</b>	<b>713.806</b>

- (i) As controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. As controladas reconheceram ativos de diretos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa média de 3,33%

Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor

**(b) Movimentação do ativo imobilizado**

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Provisão para custos sócio ambientais e desmantelamento	Transferências / Reclasseificações (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	55.583	-	-	-	34.345	89.928
Máquinas e equipamentos	291.740	-	-	6.808	342.215	640.763
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>347.323</b>	-	-	<b>6.808</b>	<b>376.560</b>	<b>730.691</b>
Imobilizado em curso	308.996	59.963	-	-	(368.959)	-
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>	<b>656.319</b>	<b>59.963</b>	-	<b>6.808</b>	<b>7.601</b>	<b>730.691</b>
Direito de uso de terreno arrendado	10.225	-	3.165	-	-	13.390
<b>Subtotal</b>	<b>666.544</b>	<b>59.963</b>	<b>3.165</b>	<b>6.808</b>	<b>7.601</b>	<b>744.081</b>
Depreciação / Amortização arrendamento	(8.076)	(22.372)	-	-	173	(30.275)
<b>Total Imobilizado</b>	<b>658.468</b>	<b>37.591</b>	<b>3.165</b>	<b>6.808</b>	<b>7.774</b>	<b>713.806</b>

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Transferências	Juros capitalizados	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	16.429	-	39.154	-	55.583
Máquinas e equipamentos	20.393	-	271.347	-	291.740
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>36.822</b>	-	<b>310.501</b>	-	<b>347.323</b>
Imobilizado em curso	243.400	354.656	(310.501)	21.441	308.996
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>	<b>280.222</b>	<b>354.656</b>	-	<b>21.441</b>	<b>656.319</b>
Direito de uso de terreno arrendado	11.583	(1.358)	-	-	10.225
<b>Subtotal</b>	<b>291.805</b>	<b>353.298</b>	-	<b>21.441</b>	<b>666.544</b>
Depreciação / Amortização arrendamento	(828)	(7.248)	-	-	(8.076)
<b>Total Imobilizado</b>	<b>290.977</b>	<b>346.050</b>	-	<b>21.441</b>	<b>658.468</b>

(i) Refere-se as transferências do imobilizado para o intangível.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

## 8 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

		Controladora								
		2023								
		Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
Vencimento		Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custo de transação	Total		
Debêntures 1ª emissão	2041	20.774	34.898	(797)	54.875	207.512	(8.574)	198.938	253.813	
<b>Total da dívida</b>		<b>20.774</b>	<b>34.898</b>	<b>(797)</b>	<b>54.875</b>	<b>207.512</b>	<b>(8.574)</b>	<b>198.938</b>	<b>253.813</b>	

		Controladora									
		2022									
		Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante	
Vencimento	Taxa efetiva	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custos de transação	Total		
Debêntures - 1ª Emissão	2041	-	-	(657)	(657)	218.026	17.976	(9.180)	226.822	226.165	
Nota Comercial	2023	75.000	3.009	(588)	77.411	-	-	-	-	77.411	
<b>Total das debêntures</b>		<b>75.000</b>	<b>3.009</b>	<b>(1.245)</b>	<b>76.754</b>	<b>218.026</b>	<b>17.976</b>	<b>(9.180)</b>	<b>226.822</b>	<b>303.576</b>	

Consolidado										
2023										
Circulante										
Não Circulante										
Vencimento	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custo de transação	Total	Total circulante + não circulante	
Debêntures 1ª emissão	2041	20.774	34.898	(797)	54.875	207.512	-	(8.574)	198.938	253.813
BNB	2045	3.143	332	(53)	3.422	106.487	9.838	(820)	115.505	118.927
BNB	2045	3.955	424	(61)	4.318	119.202	11.382	(826)	129.758	134.076
BNB	2045	3.167	308	(53)	3.422	106.459	9.002	(820)	114.641	118.063
<b>Total da dívida</b>		<b>31.039</b>	<b>35.962</b>	<b>(964)</b>	<b>66.037</b>	<b>539.660</b>	<b>30.222</b>	<b>(11.040)</b>	<b>558.842</b>	<b>624.879</b>

Consolidado											
2022											
Circulante											
Não Circulante											
Vencimento	Taxa efetiva	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custo de transação	Total	Total circulante + não circulante	
Empréstimos - BNB	2045	IPCA + 2,6623%	2.973	534	(153)	3.354	331.452	11.743	(2.633)	340.562	343.916
Debêntures - 1ª Emissão	2041	IPCA + 6,5865%	-	-	(657)	(657)	218.026	17.976	(9.180)	226.822	226.165
Nota Comercial	2023	CDI + 2,25%	75.000	3.009	(598)	77.411	-	-	-	-	77.411
<b>Total das debêntures</b>			<b>77.973</b>	<b>3.543</b>	<b>(1.408)</b>	<b>80.108</b>	<b>549.478</b>	<b>29.719</b>	<b>(11.813)</b>	<b>567.384</b>	<b>647.492</b>

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

A movimentação da dívida é como segue:

	Controladora		Consolidado
	Debêntures	Financiamentos	Empréstimos, financiamentos e debêntures
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>199.779</b>	<b>-</b>	<b>199.779</b>
Ingressos	-	145.000	479.423
Encargos financeiros	14.715	13.040	40.033
Varição monetária	11.926	-	11.926
Pagamento de principal	-	(70.000)	(70.000)
Pagamento de encargos financeiros	-	(10.032)	(10.032)
Diferimento de custos de transação	(864)	(926)	(4.687)
Amortização dos custos de transação	610	328	1.050
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>226.166</b>	<b>77.410</b>	<b>647.492</b>
Ingressos	-	-	11.057
Encargos financeiros	16.921	8.435	51.105
Varição monetária	10.261	-	10.261
Pagamento de principal	-	(75.000)	(78.122)
Pagamento de encargos financeiros	-	(11.445)	(18.132)
Diferimento dos custos de transação	(180)	(18)	(198)
Amortização dos custos de transação	645	618	1.416
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>253.813</b>	<b>-</b>	<b>624.879</b>

## 7.1 Vencimentos das parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Controladora			Consolidado			
	Debêntures	Custos de transação	Total	Financiamentos e debêntures	Encargos	Custos de transação	Total
2025	12.305	(717)	11.588	27.094	1.348	(889)	27.553
2026	13.537	(685)	12.852	29.528	1.459	(857)	30.130
2027	14.610	(642)	13.968	32.133	1.597	(814)	32.916
2028	6.575	(639)	5.936	23.758	1.566	(808)	24.516
2029	9.520	(637)	8.883	25.338	1.442	(805)	25.975
Após 2030	150.965	(5.254)	145.711	401.809	22.810	(6.867)	417.752
<b>Total</b>	<b>207.512</b>	<b>(8.574)</b>	<b>198.938</b>	<b>539.660</b>	<b>30.222</b>	<b>(11.040)</b>	<b>558.842</b>

## 7.2 Compromissos financeiros – “Covenants”

Objetivo	Covenant
Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social, sendo a primeira apuração realizada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.	ICSD: $\geq 1,1x$

## 7.3 Característica da dívida

Descrição	Valor ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
1ª Emissão Debêntures de Infraestrutura	228.286	Nov/2021	IPCA + 6,59%	Semestral (a partir de 2024)	Semestral (a partir de 2024)	253.813	Jul/2041	Financiamento do Projeto Eólico Tucano
Financiamento - BNB	109.630	Fev/2022	IPCA + 2,26%	Mensal	Mensal	118.927	Set/2045	Financiamento do Projeto Eólico Tucano
Financiamento - BNB	123.157	Fev/2022	IPCA + 2,26%	Mensal	Mensal	134.076	Set/2045	Financiamento do Projeto Eólico Tucano
Financiamento - BNB	109.626	Fev/2022	IPCA + 2,26%	Mensal	Mensal	118.063	Set/2045	Financiamento do Projeto Eólico Tucano

- (i) Os saldos devedores corrigidos monetariamente pelo IPCA em uma base diária são incorporados ao saldo de principal da dívida.

## 9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 9.1 CAPITAL SOCIAL

A Unipar e a Tucano Holding I S.A., são acionistas da Companhia, cujo capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 176.935 representado por 176.935 ações, sendo ações ordinárias 88.467 nominativas e sem valor nominal e 88.467 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

A seguir está apresentada a composição acionária em milhares de ações da Companhia:

Acionistas	2023				2022			
	Ordinárias		Preferenciais		Ordinárias		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
AES Tucano Holding I S.A.	4.423	5%	84.044	95%	4.423	5%	84.044	95%
Unipar Carbocloro S.A.	84.044	95%	4.423	5%	84.044	95%	4.423	5%
<b>Total das ações</b>	<b>88.467</b>	<b>100%</b>	<b>88.467</b>	<b>100%</b>	<b>88.467</b>	<b>100%</b>	<b>88.467</b>	<b>100%</b>

## 9.2 RESERVAS DE LUCROS

### (a) Reserva de investimento

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá estar justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2023. A Companhia constituiu R\$25.488 a título de reserva de investimentos.

### (b) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia constituiu uma reserva legal de R\$ 2.889 através da transferência de 5% do lucro líquido anual, apurado nos seus livros societários. Foram preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social.

## 9.3 DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O estatuto social da Companhia é omissivo quanto a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios. Desta forma, a Companhia distribuiu aos acionistas o montante correspondente a 50% do lucro líquido ajustado, conforme previsto no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu R\$ 8.394 a título de dividendos mínimos obrigatórios.

## 10 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

---

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

### (a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

## (b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

A tabela a seguir apresenta a receita operacional líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado	
	2023	2022
Contratos bilaterais	2.553	5.023
Mercado de curto prazo	2.270	2.518
Partes relacionadas (i)	104.230	-
Lucro cessante (ii)	33.720	77.468
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>142.773</b>	<b>85.009</b>
(-) PIS e COFINS	(5.172)	(3.104)
(-) ICMS	-	(6)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>137.601</b>	<b>81.899</b>

- (i) Vide detalhes na nota explicativa Nº4.
- (ii) Refere-se a multa por atraso a receber pelas SPEs Tucano F6, Tucano F7 e Tucano F8 previstas no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por achievement of substantial completion para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo lucro cessante.

## 11 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2023	2022
<b>Custo da produção de energia elétrica</b>		
Contratos bilaterais	(7.784)	(4.581)
Contratos com partes relacionadas (Nota explicativa nº4)	(4.874)	-
Mercado de curto prazo	(17.328)	(23)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(8.882)	(7.062)
Taxa de fiscalização ANEEL	(413)	-
<b>Subtotal</b>	<b>(39.281)</b>	<b>(11.666)</b>
<b>Custo da operação</b>		
Serviços de terceiros	(252)	(254)
Material	(15)	(10)
Depreciação e amortização	(20.890)	(7.790)
Arrendamentos e aluguéis	(9)	(8)
Outros custos operacionais	(25)	-
<b>Subtotal</b>	<b>(21.191)</b>	<b>(8.062)</b>
<b>Total</b>	<b>(60.472)</b>	<b>(19.728)</b>

## 12 OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Seguros	-	-	(48)	(56)
Contribuições setoriais	(1)	-	-	-
Operação e manutenção O&M (i)	(28)	-	(3.233)	-
Outros	(50)	(442)	(54)	(446)
<b>Total</b>	<b>(79)</b>	<b>(442)</b>	<b>(3.335)</b>	<b>(502)</b>

- (i) Em 03 de setembro de 2020, a “AES Operações” (controladora indireta) celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão administrativa e operacional de projetos eólicos com a Companhia, onde será responsável pela prestação do serviço durante 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos.

## 13 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Receitas financeiras</b>				
Receitas de aplicações financeiras	4.329	5.628	15.141	12.756
Variações monetárias	3	1.818	1.066	3.431
Atualização de créditos tributários	216	-	216	-
PIS e COFINS sobre receita financeira	(215)	(346)	(215)	(346)
Outras receitas financeiras	73	1	175	5
<b>Subtotal</b>	<b>4.406</b>	<b>7.101</b>	<b>16.383</b>	<b>15.846</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos financeiros de dívidas	(26.619)	(28.694)	(50.609)	(41.084)
Variações monetárias	(10.261)	(11.926)	(12.173)	(11.926)
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	(466)	-
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso	-	-	-	21.441
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(3)	-	(3)	-
Tarifas e encargos bancários	-	-	(12)	(29)
Outras despesas financeiras	(18)	48	(92)	(4)
<b>Subtotal</b>	<b>(36.901)</b>	<b>(40.572)</b>	<b>(63.355)</b>	<b>(31.602)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(32.495)</b>	<b>(33.471)</b>	<b>(46.972)</b>	<b>(15.756)</b>

## 14 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apura os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real, suas controladas apuram com base no lucro presumido.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Controladora		Consolidado	
	2023		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	17.673	17.673	26.256	26.256
Alíquota Nominal	25%	9%	25%	9%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(4.418)</b>	<b>(1.591)</b>	<b>(6.564)</b>	<b>(2.363)</b>
<b>Adições e Exclusões à base:</b>				
Equivalência Patrimonial	12.332	4.440	-	-
Despesas não necessárias	(7)	(3)	(7)	(3)
Doações e Brindes	(12)	(4)	(12)	(4)
Atualização de indébito tributário	54	19	54	19
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	(7.789)	(2.804)	(7.789)	(2.804)
Ajuste Lucro Presumido	-	-	8.557	2.544
Diferença temporária sem diferido constituído	(160)	(58)	(160)	(58)
<b>Ajuste de Imposto</b>				
Ajuste de Anos Anteriores	-	-	4	1
Outros Ajustes	(1)	1	(1)	2
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(1)</b>	<b>0</b>	<b>(5.918)</b>	<b>(2.666)</b>
Alíquota Efetiva	-0,01%	0,00%	-22,54%	-10,15%
Corrente	-	-	(6.203)	(2.821)
Diferido	(1)	-	285	155
<b>Total</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>(5.918)</b>	<b>(2.666)</b>

	Controladora		Consolidado	
	2022		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Corrente	-	-	990	400
Diferidos	-	-	1.588	858
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.578</b>	<b>1.258</b>
<b>Demonstração do cálculo dos tributos:</b>				
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>40.097</b>	<b>40.097</b>	<b>43.933</b>	<b>43.933</b>
<b>Adições (exclusões):</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	(57.346)	(57.346)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	16.747	16.747	16.747	16.747
Amortização do intangível	450	450	450	450
Despesas não necessárias	32	32	32	32
Atualização SELIC de créditos tributários	(31)	(31)	(31)	(31)
Diferença temporária s/ diferido constituído (arrendamento)	51	51	51	51
Capitalização de rendimentos CPC 20 - debêntures	-	-	-	-
Ajuste Lucro Presumido	-	-	(50.582)	(47.203)
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>(40.097)</b>	<b>(40.097)</b>	<b>(33.333)</b>	<b>(29.954)</b>
<b>Resultado ajustado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.600</b>	<b>13.979</b>
Alíquota nominal	15%	9%	25%	9%
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.650)</b>	<b>(1.258)</b>
Ajuste Adicional IR	-	-	72	-
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.578)</b>	<b>(1.258)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>5,9%</b>	<b>2,9%</b>

## 15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

### 15.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	Consolidado				Categoria	
	2023		2022			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível)	3	2.118	2.118	122	122	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (operações compromissadas)	3	5.154	5.154	-	-	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	3	80.057	80.057	120.828	120.828	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		8.343	8.343	1.943	1.943	Custo amortizado
Contas a receber partes relacionadas	4	-	-	12.600	12.600	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados		9.067	9.067	8.142	8.142	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>104.739</b>	<b>104.739</b>	<b>143.635</b>	<b>143.635</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Fornecedores		14.487	14.487	3.652	3.652	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	624.879	622.049	647.492	647.492	Custo amortizado
Contas a pagar a partes relacionadas	4	7.916	7.916	-	-	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		17.852	17.852	14.036	14.036	Custo amortizado
Dividendos a pagar		27.440	27.440	19.046	19.046	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>692.574</b>	<b>689.744</b>	<b>684.226</b>	<b>684.226</b>	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

### 15.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

#### (a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

## **(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

### **(b.1) Risco de crédito**

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

#### **Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo**

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) e até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior ou igual a R\$5.000.000 e inferior a R\$8.000.000) de seu PL ou até 7% (PL superior ou igual a R\$ 8.000.000), considerando o total de investimentos do Grupo AES Brasil. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

#### **Contas a receber**

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, por meio de contratos bilaterais. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a bureaus de crédito, (ii) cálculo do rating de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, rating e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	39	13	7.272	122
Investimentos de curto prazo	23.220	38.250	80.057	120.828
Contas a receber de clientes	-	-	8.343	1.943
Cauções e depósitos vinculados	33	-	9.067	8.142
<b>Total</b>	<b>23.292</b>	<b>38.263</b>	<b>104.739</b>	<b>131.035</b>

### (b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: Debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures	253.813	303.576	624.879	647.492
Caixa e equivalentes de caixa	(39)	(13)	2.118	122
Investimentos de curto prazo	(23.220)	(38.250)	80.057	120.828
Garantias de financiamento	(33)	-	9.067	8.142
<b>Dívida líquida</b>	<b>230.521</b>	<b>265.313</b>	<b>716.121</b>	<b>776.584</b>
Patrimônio líquido	205.312	196.034	205.312	196.034
<b>Dívida líquida / Patrimônio líquido</b>	<b>112%</b>	<b>135%</b>	<b>349%</b>	<b>396%</b>

### (b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas.

	Controladora					Saldos em 31 de dezembro de 2023	Saldos em 31 de dezembro de 2022
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos		
Fornecedores	44	-	-	-	-	44	3.652
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	33.278	63.810	84.727	385.405	567.220	567.384
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	49	-	-	49	-
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	-	14.036
Dividendos a pagar	-	27.440	-	-	-	27.440	-
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>60.718</b>	<b>63.859</b>	<b>84.727</b>	<b>385.405</b>	<b>594.753</b>	<b>585.072</b>

	Consolidado					Saldos em 31 de dezembro de 2023	Saldos em 31 de dezembro de 2022
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos		
Fornecedores	14.487	-	-	-	-	14.487	3.489
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.694	59.615	140.025	194.445	780.766	1.183.545	599.640
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	7.047
Passivo de arrendamento	44	132	193	698	17.490	18.556	14.036
Dividendos a pagar	-	27.440	-	-	-	27.440	26.617
<b>Total</b>	<b>23.225</b>	<b>87.187</b>	<b>140.218</b>	<b>195.143</b>	<b>798.256</b>	<b>1.244.028</b>	<b>650.829</b>

#### (b.4) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2023. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

#### (b.5) Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures remuneradas pela variação do IPCA, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2023 é:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Operações compromissadas	-	-	5.154	-
Investimentos de curto prazo	23.220	38.250	80.057	120.828
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(253.813)	(303.576)	(624.879)	(647.492)
<b>Total</b>	<b>(230.593)</b>	<b>(265.326)</b>	<b>(539.668)</b>	<b>(526.664)</b>

#### Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e dívidas.

Investimentos de curto prazo	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,66%	10,22%	12,77%	15,33%
Operações compromissadas	CDI	5.154	263	395	527	658	790
Investimentos de curto prazo	CDI	80.057	4.091	6.132	8.181	10.223	12.273
<b>Impacto no resultado</b>			<b>4.091</b>	<b>6.132</b>	<b>8.181</b>	<b>10.223</b>	<b>12.273</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>4.091</b>	<b>6.132</b>	<b>8.181</b>	<b>10.223</b>	<b>12.273</b>

Empréstimos, financiamentos e debêntures	Risco	Posição em 31/12/2023	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
BNB	IPCA	(371.066)	(17.269)	(20.964)	(24.655)	(28.355)	(32.050)
Debêntures	IPCA	(253.813)	(11.812)	(14.340)	(16.864)	(19.395)	(21.922)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(29.081)</b>	<b>(35.304)</b>	<b>(41.519)</b>	<b>(47.750)</b>	<b>(53.972)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(29.081)</b>	<b>(35.304)</b>	<b>(41.519)</b>	<b>(47.750)</b>	<b>(53.972)</b>

### (c) Outros riscos considerados relevantes

#### (c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Tucano Holding III, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil e Grupo Unipar é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

#### (c.2) Risco em renováveis não-hídricas

##### **Constrained-off de usinas eólicas**

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras.

Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas.

Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto. Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização.

Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de 78 horas anuais de energia restringida. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;
- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*. A CCEE informou que efetuará 12 contabilizações, iniciando em novembro de 2021, sendo que em cada contabilização 3 meses seriam recontabilizados. No entanto, em comunicado de novembro de 2021, a CCEE informou a postergação dos processamentos de energia não fornecida proveniente de *constrained-off* “em decorrência do tempo necessário para validação de parâmetros de entrada com o ONS.

A CCEE publicou em dia 31 de janeiro de 2022 o comunicado CO 069/22, que informa que foram realizadas tratativas das informações sobre os dados de entrada a respeito do *constrained-off* com o ONS, conforme o último comunicado CO 870/21, e foram identificadas inconsistências, as quais foram indicadas para ANEEL junto com a solicitação de ajuste na metodologia de cálculo. Até o momento, a CCEE não se manifestou sobre o cronograma das recontabilizações.

### **Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares**

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.

---